

# Participação cidadã em torno do Dique de Campinas, SSA/BA?\*

Rocío Castro Kustner  
Ademir Sousa Santos

## Resumo

Este trabalho tem como objeto de estudo a participação da comunidade no processo de implementação de um projeto de requalificação urbano-ambiental pelo governo do estado da Bahia (Brasil) – com financiamento do BIRD, entre outros organismos – para o Dique de Campinas,<sup>1</sup> situado entre duas grandes bacias de Salvador (Camarujipe e Cobre) e transformado em esgoto a céu aberto dos cinco bairros que o circundam. O objetivo do estudo é analisar, a partir da observação participante na área durante um ano e dos grupos focais realizados com os moradores, as respostas e reações da comunidade local ante a forma como o poder público está conduzindo o projeto com o intuito de entender as preocupações urbano-ambientais em função de interesses contrapostos – preservação ambiental *versus* mercantilização das cidades (Carrieri, 2000).

**Palavras-chave:** política urbano-ambiental; águas; desenvolvimento sustentável; exclusão social; participação cidadã; cultura patrimonialista.

## Abstract

*This work aims to study the community's participation in the implementation process of an urban-environmental project run by the Government of the state of Bahia (Brazil) and financed by IBRD (among other organizations) in the Campinas dam, located between two big basins of Salvador (Camarujipe and Cobre) and transformed into an open drain for the five districts that surround it. Through participant observation that lasted a year and focus groups conducted with the residents in the area, we analysed the community's answers and reactions to the way the public power is running the project, in order to understand urban-environmental concerns in terms of different and conflicting interests – environmental conservation versus cities commercialization (Carrieri, 2000).*

**Key-words:** urban-environmental policy; sustainable development; social exclusion; civic participation; patrimonial culture.

## Introdução

Nos dias de hoje, a maior parte dos recursos hídricos do planeta está comprometida pela poluição doméstica, industrial e agrícola e por desequilíbrios ambientais resultantes do desmatamento e do uso indevido do solo, quadro particularmente grave nas grandes metrópoles. No caso de Salvador de Bahia, parte considerável dos seus rios transformou-se, nas últimas décadas, em esgotos a céu aberto. Essa é exatamente a situação de uma das maiores bacias da cidade – a do Camarujipe e uma de suas nascentes: o dique de Campinas, atualmente objeto de intervenção urbanística por parte do governo estadual da Bahia, com o Projeto de Saneamento Integrado.

146

O projeto contempla canalização para esgotamento sanitário, equipamentos de lazer, limpeza, dragagem e recuperação do espelho d'água do dique, assim como a construção de uma pista de tráfego que o circundará e o ligará a outras áreas da cidade, implicando a remoção de parte dos moradores do entorno do dique, o que, por sua vez, motivou o conflito entre o poder público municipal e parte da comunidade. Trata-se de uma área densa, ocupada por uma população situada nas menores faixas de renda e que não dispõe de serviços básicos de saneamento ambiental, onde a degradação ambiental está associada de modo extremamente forte à pobreza urbana e à exclusão social.

Salvador, como capital do Brasil colonial, tem um belo centro histórico, que atrai o turismo, conseqüentemente, uma

política urbanística voltada para o setor turístico, tratando de imitar outras cidades européias, como Barcelona. Além disso, sua inserção na modernidade, com o processo de industrialização, o qual, liderado pela Petrobrás e o Pólo Petroquímico de Camaçari nos anos 60, trouxe as típicas características de toda metrópole brasileira: o litoral norte desenvolveu-se com base em grandes estradas como espaços que privilegiam a circulação automobilística em detrimento da mobilização do pedestre, áreas nobres de condomínios e altos prédios bem pavimentadas, com adequado saneamento básico e acesso a todo tipo de serviços; enquanto que o litoral sul, adentrado no Recôncavo baiano, e as áreas interiores, de topografia mais acidentada, cresceram sem nenhuma política de intervenção urbanística com base em ocupações de terra e assentamentos espontâneos que até hoje necessitam de saneamento básico.

A política urbanística em Salvador está marcada pela forte cultura patrimonialista, herança de um passado colonial que teve no comércio de escravos um dos maiores das Américas, fator que dificulta a gestão participativa da cidade, sobretudo em se tratando de participação popular. De tal forma que não existe uma política habitacional eficaz que diminua os assentamentos espontâneos, nem uma política de saneamento básico que melhore as suas condições ambientais. A especulação imobiliária e as empreiteiras dominam as intervenções urbanísticas, fundamentalmente dirigidas à construção

de autovias, com o que continuam fomentando a exclusão social da maioria da população assentada nas áreas não nobres.

Neste trabalho, realizado durante um ano de observação participante com as comunidades ao redor do Dique de Campinas, partimos da necessidade de uma política urbano-ambiental que fomente a inclusão social e consideramos como pressupostos básicos para que ela aconteça o desenvolvimento sustentável e a participação cidadã, que é o que garante a sustentabilidade do desenvolvimento. Após apresentar uma discussão sobre estes dois eixos e uma contextualização socio-histórica da área em estudo, analisamos o dique segundo visto e vivido pelos seus moradores, a vida associativa criada, o impacto do projeto de requalificação urbano-ambiental dos poderes públicos na comunidade e os dilemas da participação cidadã, para, finalmente, refletir sobre os obstáculos visando sua superação.

## Desenvolvimento sustentável e participação cidadã

O conceito de sustentabilidade foi tomado de empréstimo das ciências biológicas em 1987 e usado no relatório prévio à Conferência da RIO 92 pela Comissão Brundtland, com o intuito de estabelecer um rumo diferente no desenvolvimento econômico: usar os recursos naturais sem esgotá-los e sem tornar o meio ambiente inviável para a vida humana. A estratégia seria conjugar crescimento econômico com progresso técnico capaz de poupar recursos materiais.

A Agenda 21, um dos principais documentos produzidos pela RIO 92, aprofunda essa relação entre adaptação tecnológica e crescimento econômico como imprescindível à sustentabilidade e, conseqüentemente, à redução da pobreza. Reconhece que não é sustentável um desenvolvimento que tem sido devastador para com o ser humano e com a natureza e define o conceito de desenvolvimento sustentável, como

[...] um desenvolvimento que satisfaça as necessidades do presente sem minorar a capacidade das futuras gerações de satisfazer suas próprias necessidades. (Apud Leroy et al., 2002, p. 17)

Desde então, a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável vêm formando parte do discurso "politicamente correto" entre todos os setores da sociedade, seja mercado, Estado, terceiro setor e ideologias políticas, tornando-se suscetíveis às múltiplas interpretações e definições, abundantes na literatura e que não constituem o foco de nossa análise. Partimos da premissa básica de que prevalece a idéia economicista de que o crescimento econômico, medido pelo PIB, reduzirá a pobreza e promoverá a sustentabilidade. Tachamos essa idéia de economicista porque o acesso à tecnologia adequada para poupar recursos materiais está atrelado ao poder aquisitivo, ao poder de compra, ao consumo. Nesse sentido, criticamos a ausência de denúncias referentes aos padrões de consumo, principalmente nos países

147

desenvolvidos, como grandes depredadores do meio ambiente, e a falta de políticas públicas com foco na distribuição equitativa da riqueza – principal causa da pobreza nos países chamados de subdesenvolvidos.

Por isso, queremos lembrar que, no informe que a Cepal elaborou juntamente com a Divisão de Meio Ambiente e Assentamentos Humanos, declara-se que

[...] o fato de que quase a metade da população da América Latina e o Caribe continuam vivendo em estado de extrema pobreza é o maior obstáculo para o desenvolvimento sustentável. (Birgin, 1992, p. 3)

148

Também a teoria da dependência, elaborada pelos próprios pesquisadores da Cepal, demonstrou que a solução para a pobreza não era a “repartição do bolo” quando este fosse suficiente para todos, já que os países periféricos, ou países subdesenvolvidos, estavam sujeitos a uma economia que dependia do centro, ou seja, dos países desenvolvidos, o que criava diferenças qualitativas entre estruturas subdesenvolvidas e desenvolvidas. A teoria aponta para o erro comum de conceber o atraso e a pobreza como as causas do subdesenvolvimento quando, na realidade, eles são frutos das

[...] limitações impostas ao mundo periférico pela divisão internacional do trabalho que se estabeleceu com a difusão da civilização industrial. (Furtado, 1998, p. 48)

Como bem fala Eduardo Galeano (1999), o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, mas sua consequência.

Junto com sustentabilidade, participação também é a palavra “mágica” sem a qual não pode ser feito o discurso ou o programa politicamente correto. Acontece que a maioria dos programas de desenvolvimento sustentável na América Latina – freqüentemente financiados por organismos multilaterais – são implementados sem revisão e reconstrução dos valores éticos e culturais, por se tratar de um processo demorado e que requer tempo. Assim, “improvisam” e/ou provocam a participação a serviço da sustentabilidade em culturas que não têm tradição participativa, em “Estados sem cidadãos”, como denomina Fleury os países latino-americanos. Fato que termina produzindo um simulacro teatral de desenvolvimento a curto prazo e uma esquizofrenia destrutiva a longo prazo. Nada mais longe da ansiada sustentabilidade, cronicamente insustentável.

O conceito de sustentabilidade, inicialmente emprestado da biologia, está intimamente relacionado com as ciências sociais, com a arte de conviver em sociedade, com o processo cultural – e os valores que dele se derivam – que o ser humano iniciou em sociedade para “vencer” a natureza e que agora precisa ser revisto para não terminar destruindo seu habitat, a própria natureza. Pois não existe sociedade sem vida, nem vida sem natureza. Em palavras de Acsegrad e Leroy (1999, p. 45)

[...] a noção de sustentabilidade tem tudo a ver com a possibilidade de se criarem práticas moldadas pela sociedade que estabeleçam relações sólidas e de longo prazo entre a sociedade e a base material de sua existência. Precisamos trazer a discussão da sustentabilidade para o campo das relações sociais, já que a sociedade só existe em relação com a natureza.

Mas a realidade insustentável latino-americana é que, para a maioria da população, que aprende mais na televisão do que na escola, ser cidadão é ser consumidor. Essa maioria, também desempregada ou com baixo poder aquisitivo, tem mais condição de ser delinqüente do que cidadão. Como afirma Campos (1997), a noção de exclusão ajuda a caracterizar a situação de não-cidadania em que se encontram milhares de brasileiros. Por isso, para alcançar a sustentabilidade, é imprescindível superar a dinâmica de um urbanismo que produz a exclusão social.

## Urbanismo brasileiro e exclusão social

O desenvolvimento da humanidade, além de ter sido predominantemente econômico, é cada vez mais urbano. Num período de 50 anos, a maioria das grandes cidades da América Latina e do Caribe se expandiu horizontalmente, ocupando territórios que são dez vezes maiores do que os que foram ocupados nos 400 anos anteriores ao seu desenvolvimento. A relativamente baixa densidade populacional que predomina na

estrutura urbana da região – menos de 100 habitantes por hectare como média – fará com que, no final da primeira metade do século XXI, os mais de 400 milhões de habitantes urbanos ocupem um espaço urbanizado de mais de 4 milhões de hectares (Rojas, 2000).

Considerando que as maiores metrópoles do mundo estão na América Latina, a região se coloca também na vanguarda de suas grandes contradições. São Paulo é vivo exemplo disso: setores da cidade similares a Boston convivem com bairros de favelas do nível do Haiti. Maricato (2002, p. 122) explica acertadamente as implicações dessa realidade:

[..] a importação dos padrões do chamado “primeiro mundo”, aplicados a uma parte da cidade contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente.

Assim, as grandes metrópoles brasileiras, ao assimilarem com grande capacidade de adaptação, flexibilidade e criatividade os condicionantes da modernidade, sem terem aniquilado seu passado histórico colonial-escravocrata, reproduzem, em escala menor, o fenômeno da má distribuição da riqueza, que caracterizou o Brasil com o nome de Belíndia (Bélgica mais Índia) (Castro e Melo, 2001).

Sob o modelo de desenvolvimento de industrialização tardia, a população no Brasil passou a se concentrar cada vez mais nas cidades: de 18 milhões em 1950, que representavam 36%, a 123 milhões em

1996 (78%), sendo que, atualmente, 50 milhões de pessoas – quase a terça parte da população no Brasil – estão concentradas em seis metrópoles. Em sessenta anos, os assentamentos urbanos foram ampliados de forma a abrigar mais de 125 milhões de pessoas e 80% dos favelados se concentram em oito cidades brasileiras.

As cidades que apresentam o maior número de favelas são: Recife (40%), Salvador (33%) e Fortaleza (28%). A porcentagem é menor em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre (20%), mas muitas moradias estão na ilegalidade (50% em São Paulo). Na modernidade brasileira, fundamentalmente urbana, o direito à moradia e o direito à cidade continuam sendo privilégios de poucos (Maricato, 2001). Tudo isto porque

[...] o urbanismo brasileiro nunca teve comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade. Para a cidade ilegal não há planos nem ordem, não é conhecida em suas dimensões e características. Trata-se de um lugar fora das idéias. (Id., 2002).

A invasão de terras urbanas em áreas ambientais frágeis – beira de córregos, rios e reservatórios, mangues, fundos de vale e áreas alagáveis – é parte intrínseca desse modelo de urbanização excludente, que inchou as cidades de favelas ou lotes ilegais combinados à autoconstrução, terminando por admitir o direito à ocupação de

terras, mas não à cidade. No Brasil, dos 5.507 municípios, 47,8% não possuem qualquer tipo de coleta de esgotamento sanitário; 32% só possuem coleta e apenas 20,2% possuem coleta e tratamento do esgoto. No Nordeste brasileiro, a situação é ainda mais crítica: 57% não possuem coleta, 29,6% só coletam e 13,3% coletam e tratam seus esgotos (IBGE, 2002).

Como consequência dessa dinâmica de exclusão habitacional e assentamentos espontâneos, a predação ambiental é enorme: poluição dos recursos hídricos, enchentes e epidemias (Maricato, 2001). Como observa Dowbor (1998, p. 214), o modelo de urbanismo brasileiro vai contra a sustentabilidade:

Enquanto o sistema político tradicional defende sistematicamente o acesso a redes de infra-estruturas para os que podem pagar [...] a realidade é que infra-estruturas deficientes nos bairros pobres geram custos adicionais em termos de doenças, criminalidade, perdas de horas de trabalho e outros que superam de longe o que essas infra-estruturas custariam. Mais uma vez, esmagar os pobres é uma opção idiota para os próprios ricos.

## Contextualização sócio-histórica da área em estudo

Salvador (Bahia), fundada para fins militares e administrativos em 1549, adquiriu, já no século XVI, uma função de cidade

portuária e comercial por onde passavam produtos de exportação do Recôncavo e da região – açúcar, fumo, madeira –, assim como produtos de importação de Portugal e escravos africanos para as plantações do interior. Somente a partir dos anos 50, com a descoberta do petróleo e a posterior implantação do Pólo Petroquímico, a Bahia sofreu um intenso e acelerado processo de industrialização, que fomentou a imigração do campo para a cidade, que hoje abriga 2 milhões e 800 mil habitantes, sendo 80% afrodescendentes. As classes abastadas, na sua maioria branca, se instalaram nos novos bairros da orla marítima e as camadas mais humildes, majoritariamente negras, expandiram-se no chamado miolo da cidade (Sirchal, 2000). Desde 1990, a cidade tem sido alvo de projetos de revitalização e reforma com o intuito de fazer dela um bem simbólico de alto valor mercadológico para a especulação imobiliária, a economia do turismo e o marketing político (Albergaria, 2001).

A segregação espacial da população nos remete à herança cultural do sistema colonial-escravocrata. A cor e as relações étnicas que derivam dessa realidade são fatores determinantes no seu tecido social, mesmo que se queira encobrir com uma democracia racial sustentada por uma aparente cordialidade entre negros e brancos (Castro, 1999). A realidade é que a sociedade baiana ainda se bate em duas trincheiras que não se reconhecem – o “povão” e a elite –, tratando sempre de evitar o conflito. Por isso, Salvador, antes cidade-porto, agora cidade-balneário e carnavalesca,

não consegue ser vista como espaço de construção da cidadania, cidade que se faz em função das necessidades de seus moradores, que é para os cidadãos. Parece continuar a tendência de elaborar planos à revelia da população, no isolamento de gabinete de tecnocratas, mesmo existindo a Lei Orgânica do Município de Salvador, que, no seu artigo 71, estimula e garante a participação da comunidade em todas as fases do planejamento, assumindo o poder público o compromisso de incentivar a participação popular (Nogueira et al., 2001).

É nesse cenário que se insere o dique de Campinas, um manancial de águas com aproximadamente 74.000 m<sup>2</sup>, o qual, depois de recuperado, servirá como regulador do pico das cheias das bacias do Camarujipe e do Cobre (Santos, 2003). Estando situado numa área periférica de Salvador – entre a Estrada Campinas-Pirajá e a Avenida Afrânio Peixoto (Suburbana), está circundado diretamente por seis bairros: Marechal Rondon, Boa Vista do Lobato, Alto do Cabrito, Bela Vista do Lobato, Campinas de Pirajá e Pirajá.

O dique localiza-se numa região geográfica privilegiada – pouco distante do centro e do litoral costeiro – e de riqueza ecológica e beleza natural – rodeado de abundante vegetação. No entanto, encontra-se com um alto índice de degradação ambiental por ter se tornado o principal local de destinação de resíduos, tanto domiciliares quanto das indústrias localizadas na região. Esse fato associa riscos ambientais e sociais derivados da precariedade da oferta de saneamento básico, bem como

dos perigos decorrentes de alagamentos, epidemias e as implicações advindas do comprometimento dos recursos hídricos.

Reside no local uma população de aproximadamente 50 mil habitantes. O padrão habitacional existente é semelhante às demais áreas densamente ocupadas da cidade, com moradias de autoconstrução consolidadas, porém com uma precária infra-estrutura urbana, mas um rico tecido associativo que guarda uma bucólica dimensão simbólica de seu dique.

## Dimensão simbólica do dique de Campinas, lendário como o lago Ness

**152** A comunidade ao redor do dique lembra quando as mulheres lavavam roupa lá e carregavam suas águas em latas sobre as cabeças e os homens pescavam. Também usavam o dique para passear de barca e nadar – o dique era um grande espaço de lazer, igual que um balneário, como comentou um dos moradores. Até pouco tempo atrás, relativamente (entre 10 e 15 anos), a vida em torno ao dique, sem prédios e com poucas casas, todas com quintal – como ainda são a maioria delas –, e abundante água e vegetação, era parecida com a vida na roça: as pessoas cultivavam suas nas hortas e criavam animais. No imaginário dos moradores, as águas conferiam ao dique alma própria: igual que o Lago Ness na Escócia, havia várias lendas sobre o dique e as pessoas sabiam que quando suas águas espumavam era como se o dique estivesse furioso e

poderia ser perigoso. Assim eles explicavam o fato de algumas pessoas terem morrido lá afogadas.

Com o grande fluxo migratório do campo para a cidade, que se iniciou após a década de 50, Salvador cresceu desordenadamente com a maior parte da população pobre se concentrando na periferia. Não possuindo dinheiro para comprar um terreno dos loteamentos nos bairros ao redor, nem podendo pagar aluguéis, as margens do dique foram o local onde as famílias mais pobres dessa região se concentraram, tendo sua ocupação iniciado no final da década de 70 no contexto da luta por moradia popular na capital baiana e se intensificado a de 80 (Santos, 2005). Salientamos que toda a área do dique foi ocupada de forma espontânea e sem nenhuma regulação por parte dos poderes públicos, deixando o dique de ser lendário para se consolidar com todas as características das periferias das grandes cidades brasileiras. Os próprios moradores são conscientes de que a história da área do dique é uma consequência da história de ocupação urbana de Salvador – que, por sua vez, é um reflexo da ocupação colonial do Brasil – quando afirmam que *“Salvador já é toda invadida; o povo invadiu o dique também”* (moradora de Bela Vista do Lobato). Conseqüentemente, a urbanização selvagem fez, recordando Maricato (2002), com que a ocupação irregular de terras urbanas em áreas ambientais frágeis fosse parte intrínseca desse modelo de urbanização excludente, que inchou as cidades de favelas e terminou



por admitir o direito à ocupação dessas terras, mas não à cidade.

Vale ressaltar ainda que, assim como a área do dique, os bairros ao seu redor se desenvolveram sem qualquer serviço de infra-estrutura de saneamento básico, e, além disso, as indústrias do seu entorno emitiram, durante décadas, grandes quantidades de resíduos químicos para o seu leito, sem que os poderes públicos tomassem medida para preservar esse importante manancial (CCMR & CMD, 2003). Nesse sentido, o dique se converteu em um esgoto a céu aberto e um depósito de produtos químicos.

Atualmente, o padrão habitacional existente ao redor do dique é semelhante às demais áreas densamente ocupadas da cidade, com moradias de autoconstrução consolidadas, porém com uma precária infra-estrutura urbana – concretamente, referente ao saneamento básico, escadas drenantes que a prefeitura colocou e que levam os dejetos para o dique.

Os moradores têm muitas questões em torno do projeto de intervenção urbanística e revitalização do dique, que, independentemente de serem pertinentes ou não, merecem uma resposta, que até hoje o poder público não se preocupou em dar:

Será que ao realizar a dragagem do dique sem a realização desse estudo, o poder público não corre o risco de provocar um sério acidente ambiental, na medida que, ao trazer à superfície esses compostos químicos, pode haver um

desequilíbrio do meio ambiente existente? (p. 19 do documento)

O documento conclui com um posicionamento que aponta para sérias reflexões e análises profundas sobre a realidade social da periferia de Salvador a partir da dimensão simbólica do dique de Campinas:

A poluição do entorno do dique não é apenas de ordem ambiental, mas principalmente estético-racial. Sabemos que o conceito de bonito e feio não é universal, mas socialmente construído e imposto. Como representantes de uma forma de organização espacial e social que em nada se assemelha à da periferia, como podemos inferir a partir da classificação das duas Salvador, os técnicos da prefeitura levaram para o dique não apenas o seu saber, mas os seus valores do que é ou não belo. Caetano Veloso já disse que “Narciso acha feio o que não é espelho”. Para eles, bonita é a forma de organização social adotada pela população dos bairros da elite, majoritariamente branca. Nesse sentido, tudo o que se afasta desse padrão estético se configura como feio. (p. 20 do documento)

Assim, diferente do que se afirma no diagnóstico socioeconômico elaborado pela prefeitura, o documento do Centro Comunitário de Marechal Rondon afirma que a área de entorno do dique é um lugar onde pulsa a vida e a cultura negra, e não “um dos exemplos mais gritantes de

deterioração ambiental". O documento menciona também, como foi constatado durante o trabalho de campo, que a cultura agrícola e a criação de animais continua sendo uma característica marcante dessas comunidades. Mas as lindas águas cheias de peixes foram convertidas numa espécie de lodo resultante da mistura de excrementos, produtos químicos e vegetação.

## Vida associativa no entorno do dique

154

Dados obtidos através do levantamento de fontes secundárias, da observação direta (conversas informais e visitas *in loco*) e dos grupos focais e questionários revelam que existem grupos de famílias que ali habitam há mais de quatro décadas. Os laços de parentesco são elementos fundamentais para entender o desenvolvimento das comunidades ao redor do Dique. Como mostram a pesquisa de campo e o documento do Centro Comunitário de Marechal Rondon, a maioria dos habitantes da área são moradores antigos, com até 30 anos de moradia no local, que conheceram a área através de familiares ou conhecidos. Há ruas onde existem até dez famílias com o mesmo sobrenome, incluindo três gerações, e essas famílias possuem relações de parentesco com outras, que residem em outras ruas, de tal forma que a teia de relações sociais que começa com o parentesco se estende e complexifica na medida em que as famílias das locali-

dades interagem com outros moradores da comunidade.

Sabe-se, e a pesquisa uma vez mais o constatou, que a religiosidade forma um fator importante na construção do tecido associativo das classes populares – lembremos que as comunidades eclesiais estão na base da formação de importantes movimentos sociais na América Latina. Na área do dique existem 2 igrejas católicas, uma batista, uma assembléia de Deus e 3 templos de candomblé. As igrejas católicas, até hoje, mesmo que as igrejas evangélicas estejam tomando cada vez mais protagonismo, continuam sendo as aglutinadoras da força associativa em torno ao dique.

Outro epicentro do tecido associativo tem sido as associações de moradores, mas, desde os inícios dos 90, sofreram um processo gradual de desprestígio, devido a seu envolvimento com a política partidária – é um fato constatado (Castro, 1996) que seus espaços são freqüentemente usados como trampolim para cargos públicos, interesse que se sobrepõe aos interesses da comunidade, como é observado pelas próprias comunidades pesquisadas no universo de estudo. Por isso que, atualmente parecem estar fragmentando mais do que integrando o tecido associativo, como podemos observar no fato de que existam duas associações de moradores num mesmo bairro – sendo uma denominada “autêntica” e, por dedução, a outra a “falsa”.

Foi quase impossível convocar lideranças dessas associações durante o período do trabalho de campo, por coincidir

com o período da campanha política para as eleições municipais, fato que, uma vez mais, evidencia o estreito envolvimento das associações de moradores com a política partidária. A própria palavra política partidária, no caso do dique, toma uma conotação bem descritiva: a política partidária parte, divide o tecido associativo, e por divergências neste nível, as comunidades em torno do dique ficaram divididas em dois bandos com posicionamentos antagônicos ante a prefeitura e “seu” projeto, numa estratégia clássica dos poderes vigentes: o famoso “divide e vencerás”.

Talvez o sucesso das igrejas se deva à possibilidade de se apresentarem como espaços potenciais para recuperar a confiança, perdida nas associações de moradores, na força associativa das comunidades. Mas de qualquer jeito, por enquanto, outros associativismos para proporcionar essa confiança são tecidos, como o Centro Comunitário de Marechal Rondon, com uma história de 32 anos de tentativas de articulação com todas as associações em torno do dique e mobilizações reivindicando participação na elaboração do projeto da prefeitura.

Além do associativismo religioso e político, seja partidário ou comunitário, as redes sociais das comunidades em torno do dique são tecidas também pela cultura negra, predominante nos bairros populares de Salvador e presente nos terreiros de candomblé, nos grupos de capoeira e pagode e diversos centros culturais. Mesmo que o associativismo atual não tenha a

força que nos 80s articulou e mobilizou movimentos sociais como a Federação de Associações de Bairros de Salvador – FABS e o Movimento dos Favelados, e entidades como as creches e escolas comunitárias (ibid.), ele continua vivo e resistindo. Por esse motivo, é preciso compreender e ser sensível ao fato de que

[...] depois de mais de 30 anos de ocupação consentida pelos poderes públicos, com várias comunidades constituídas, com relações sociais estabelecidas e traços culturais específicos, não é justo que hoje esse mesmo poder público queira retirar as famílias das localidades, desrespeitando as suas histórias, seus costumes e sua cultura. Destruir essas comunidades se constitui um crime cultural, assim como destruir a natureza se constitui crime contra o meio ambiente. (p. 20 do documento do Centro Comunitário de Marechal Rondon)

Recuperar a dimensão simbólica do dique, como seus moradores conviveram, convivem e se associam em torno dele, é importante para a sustentabilidade urbana, já que são os moradores das cidades os que, em definitivo, sustentarão a sua biodiversidade, e a sustentarão na medida em que sejam cidadãos conscientes, tanto da preservação do seu entorno como o de seu protagonismo no processo – todos, como cidadãos, temos o dever de preservar o meio ambiente porque todos temos também o direito a uma vida com qualidade.

## Participação cidadã ou a parti-ção entre cidadãos?

O simulacro de participação com que os poderes públicos têm tentado conduzir o Projeto de Saneamento Integrado do Dique tem indignado profundamente a parte da comunidade em torno do dique. Concretamente, para o Centro Comunitário de Marechal Rondon, está claro que uma gestão que não compartilha informação também não facilita a tomada de decisões consensuada e, em definitivo, pode ser qualquer coisa, menos participativa.

156 A construção da pista, que implica a completa remoção dos moradores do entorno do dique, tem sido o principal fator impulsionador do conflito entre o poder público municipal e a parte da comunidade afetada pela remoção, que declarou estar de acordo com a revitalização do Dique e a implantação da rede de saneamento básico, mas manifestou sua oposição à pista de anel rodoviário, que obrigará muita gente a deixar suas casas, seu bairro e seus vínculos sociais e acusa a prefeitura pela forma autoritária como conduz o processo de negociação com a comunidade. Depoimentos recolhidos em reuniões com alguns moradores revelam que eles se definem enquanto sujeitos do lugar que residem e que a moradia é a memória viva de sonhos, lutas e marca de uma história.

A maior parte das famílias das margens resistiu mobilizando-se através da Comissão de Moradores do Dique e apoiada pelo Centro Comunitário Mal. Rondon em assembleias, visitas, reuniões com parlamen-

tares e entidades, e convocando manifestações de impacto, como a denominada Grande Caminhada da Paz pela Moradia, que reuniu mais de 700 pessoas ao redor do dique para mostrar a indignação da comunidade perante a forma como o poder público tem se relacionado com ela. Ao mesmo tempo, esse setor organizado e mobilizado questionou a metodologia de gestão "participativa" dos poderes públicos, demandando uma cópia do projeto na íntegra para poder ser avaliado também pela comunidade, de modo que esta possa apresentar alternativas, em uma dialética de negociação que propicie a falada participação. Já que o projeto é participativo, por que não poder ser elaborado junto com a comunidade?

A implementação do projeto foi iniciada sem o consenso da comunidade e parte dos moradores próximos ao dique foram removidos de suas casas. A pista está sendo construída, e as obras de saneamento básico no dique, até o momento, não se iniciaram.

## Reflexões sobre os dilemas do desenvolvimento sustentável e da participação cidadã nas políticas urbano-ambientais a partir da experiência no dique de Campinas

A realidade histórico-política da sociedade brasileira impossibilita, em muitos casos,

a participação democrática dos brasileiros como cidadãos. Segundo Luciano Fedozzi (1997, p.21),

[...] o cunho patrimonialista caracterizado do Estado Brasileiro, permeado pelo “jeitinho” como um traço de identidade nacional que se encontra presente nas interações políticas entre governantes e governados e em todos os níveis sociais e instituições da sociedade, impõe sérios obstáculos estruturais à cidadania.

Em que implica esse cunho patrimonialista caracterizador do Estado brasileiro? A sociedade brasileira surgiu de um sistema colonial, cujo centro foi a Bahia e sua capital, Salvador, onde as terras eram patrimônio dos senhores e trabalhadas pelos escravos. A sociedade colonial não estava formada por cidadãos com direitos e deveres, mas por senhores, com todos os direitos, e escravos, com todos os deveres. Os escravos, se eram beneficiados em algo, era graças aos favores concedidos pelos senhores através das relações “cordiais” que tanto caracterizam a sociedade brasileira.

É claro que a relação entre o senhor, dono de todas as terras e todos os direitos, e os escravos, portadores de todos os deveres, era uma relação de autoritarismo, mesmo que estivesse amortizada pelo cordial. Assim, o processo de transição para a democracia na América Latina tende a ficar estagnado na formalidade, na preocupação por desenvolver instituições democráticas em seu aspecto legal (Bareiro e Riquelme, 1997), ao mesmo tempo em que sua elite,

herdeira dos senhores patrimonialistas, hoje, na sua maioria, dirigentes das novas instituições, tem desenvolvido habilidades para conservar os velhos privilégios de poder totalitário. Na Bahia, esse fato se evidencia muito claramente na relação sociedade civil-Estado.

Considerando que a eficiência de técnicas administrativas é função de seu significado cultural (Fonseca Rodriguez, 1998), deveríamos nos perguntar que significado cultural podem ter técnicas administrativas “importadas” (como a gestão participativa e o desenvolvimento local sustentável), que implicam a participação de atores-cidadãos em Estados sem cidadãos, ou seja, em sociedades onde se decide sobre o público como se fosse uma extensão do privado; onde o privado é muito e está em mãos de poucos. Fonseca Rodriguez (ibid.) aponta que, para que se possam construir instituições autenticamente democráticas, é preciso se liberar da herança patrimonialista. Uma herança patrimonialista que faz a gestão municipal vítima da ingerência político-partidária e das relações clientelistas dela derivadas (Abromaway, 2003).

A segregação espacial da população brasileira nas cidades remete à herança cultural do sistema colonial-escravocrata. A cor e as relações étnicas que derivam dessa realidade são fatores determinantes no seu tecido social, mesmo que se os queira encobrir com uma propalada democracia racial sustentada por uma aparente cordialidade entre negros e brancos (Castro, 1999). A realidade é que a sociedade baiana ainda se defronta em duas trincheiras que não

se reconhecem – o “povão” e a elite –, tratando sempre de evitar o conflito. Por isso (e também por outros fatores), Salvador, antes cidade-porto, agora cidade-balneário e carnavalesca, não consegue ser vista como espaço de construção da cidadania, que se faz em função das necessidades de seus moradores, que é para os cidadãos. Parece continuar a tendência de elaborar planos à revelia da população, no isolamento de gabinete de tecnocratas, mesmo existindo a Lei Orgânica do Município de Salvador, que, no seu artigo 71, estimula e garante a participação da comunidade em todas as fases do planejamento.

A combinação do crescimento econômico e adequada tecnologia a serviço da preservação ambiental não vão, necessariamente, preservar o ambiente nem reduzir a pobreza. Urge criar um novo modelo de desenvolvimento, que implica repensar as relações centro-periferia, Norte-Sul, mercado-estado-sociedade, ser humano-natureza e, inclusive, as relações homens-mulheres, negros-brancos-índios, entre outras. Para isso, é necessário, em primeiro lugar, conhecer a história dessas relações, ser consciente de que estão impregnadas de valores construídos historicamente e geram

conflitos de interesses pela apropriação dos recursos naturais – veja-se a polêmica em torno ao tratado de Quioto e a guerra do Iraque. Num segundo momento, esses valores dominantes, eminentemente economicistas, precisam ser desconstruídos e reconstruídos:

[...] substituir o ter pelo ser, a arrogância pela humildade, a competição pela solidariedade [... nesse sentido,] o debate sobre sustentabilidade compreende uma gestão política dos conflitos da acumulação frente à escassez, frente aos recursos finitos e à necessidade de distribuição de renda. (Leroy et al. 2002, p. 17)

A reconstrução dos valores éticos permitirá a transformação dos setores populares em sujeitos políticos de seu ambiente material, econômico e cultural, ou seja, cidadãos protagonistas de seu próprio desenvolvimento. Para que as políticas urbano-ambientais promovam o desenvolvimento sustentável são necessários protagonistas cidadãos, que possam efetivar a passagem de uma democracia representativa para uma participativa, fato que, em Salvador, apresenta ainda grandes desafios.

158

### **Rocío Castro Kustner**

Graduada em Psicologia, com doutorado em Sociologia pela Universidade Complutense de Madri. Professora adjunta e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia  
rocio\_kustner@yahoo.com.br

### **Ademir Sousa Santos**

Graduado em Sociologia pela Universidade Federal da Bahia. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.  
ademir.sousa@yahoo.com.br

cadernos metrópole 15 pp. 145-160 1º sem. 2006

## Notas

\* Este trabalho faz parte de uma pesquisa sobre indicadores urbano-ambientais nos bairros que circundam o dique de Campinas, realizada durante o ano 2004, com financiamento da FAPEBS no Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais da EAUFBA e sob a coordenação da professora Elizabeth Santos.

(1) Nome reivindicado por parte dos moradores da área, segundo consta em mapas antigos, mas registrado pela prefeitura atual com o nome "Dique do Cabrito".

## Referências

- ABROMAVAY, R. (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre, UFRGS.
- ALBERGARIA, R. (2001). A Bahia é uma fábula. Entrevista concedida a Cleidiana Ramos. Salvador, *A Tarde*, 10 de junho.
- ACSELRAD, H. e LEROY, J. P. (1999). *Novas premissas de sustentabilidade democrática*. Rio de Janeiro, Projeto Brasil sustentável e democrático, FASE.
- BAREIRO, R. (1997). "Nuevas voceras de la ciudadanía plena". In: *Los procesos de reforma del Estado a la luz de las teorías de Género* (comp. Anderson y Falú). Córdoba.
- BIRGIN, H. (1992). *La formulación del orden mundial: el lugar de las mujeres en las estrategias de desarrollo sustentable*. IX Jornada de Investigación Interdisciplinar sobre la Mujer, Universidad Autónoma de Madrid, 30 de maio.
- CAMPOS, M. S. (1997). Democratização e Desigualdade Social no Brasil. *Serviço Social e Sociedade* n. 57, São Paulo, Cortez.
- CARRIERI, A. (2000). *O meio ambiente: discurso consistente ou retórica?* Encontro Nacional de Pós-graduados em Administração.
- CASTRO, R. (1996). "O movimento popular em Salvador de Bahia: um novo debate nas relações de etnia, classe e gênero". Tese de doutorado. Madri, Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia (UCM).
- \_\_\_\_\_. Gênero e Participação Cidadã para o Desenvolvimento Local (1999): os Conselhos Municipais de Salvador-Bahia. Salvador, *Organizações e Sociedade*, v. 6, n.16 set/dez.
- CASTRO, R. e MELO, V. (2001). *A cultura tecendo as redes sociais para o desenvolvimento local: o caso do fórum para a revitalização do Centro de Salvador-Bahia*. ALAS (Congresso da Associação latino-americana de Sociologia), Guatemala.
- CCMR e CMD (2003). *Dique do Cabrito ou Dique de Campinas? Desconstruindo o Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Dique do Cabrito*. Salvador, Centro Comunitário Marechal Rondon /Comissão de Moradores do Dique, junho (distribuído em CD).

- DOWBOR, L. (1998). *A reprodução social: propostas para uma gestão participativa*. Petrópolis, Vozes.
- FEDOZZI, L. (1997). *O orçamento participativo, reflexões sobre a experiência de Porto Alegre*. Porto Alegre, Tomo Editorial.
- FLEURY, S. (1995). *Estados sem cidadãos. Seguridade Social na América Latina*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz.
- FONSECA, R., Indiana (1998). Demandas Sociais e Reconstrução do Estado. *RSP*, ano 49, n.1 Brasília, Escola Nacional de Administração Pública.
- FURTADO, C. (1998). *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra.
- GALEANO, E. (1999). *Patas Arriba (La escuela del mundo al revés)*. México, Siglo XXI.
- JARA, C. J. (1998). *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2002). *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.
- LEROY, J.-P. et al. (2002). *Tudo ao mesmo tempo agora*. Petrópolis, Vozes.
- MARICATO, E. (2002). *As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. A cidade do pensamento único*. Petrópolis, Vozes.
- \_\_\_\_\_ (2001). *Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Vozes.
- 160** NOGUEIRA, A. et al. (2001). *Plano Diretor como instrumento de direito à cidade*. XXIII Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Administração. Foz de Iguaçu.
- NOBRE, M. e AMAZONAS, M. (2002). *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília, Ibama.
- ROJAS, E. (2000). *Recuperação integrada de áreas centrais de cidades: concertação de atores públicos e privados*. Sirchal, Salvador, 29 de maio a 2 de junho.
- SANTOS, A. S. (2003). O governo está nu. *Jovens Excluídos?* Edição Especial, n. 21. Salvador, set/out.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Reestruturação urbana x movimentos de moradia: reflexão inicial sobre o processo de revitalização do Dique de Campinas*. Texto apresentado à disciplina Movimentos Sociais, no PPGCS-UFBA, em novembro (mimeo).
- SILVEIRA, C. M. R. da (2002). *Cidades, meio ambiente e gestores públicos: uma proposta de índice ambiental urbano*. XXVI Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Salvador, 2002.
- SIRCHAL (2000). Seminário Internacional de Revitalização de Centros Históricos das Cidades de América Latina e o Caribe. Salvador, 29 de maio a 2 de junho.

Recebido em fev./2006  
Aprovado em maio/2006